

ATA

N.º 03/2023

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de junho de 2023**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023:**

---Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

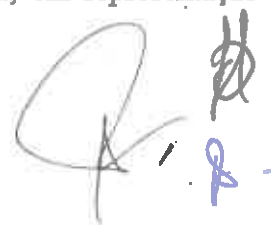
---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otílio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António Maria Miranda Neves, em substituição de António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Morais,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Fernando Gabriel Neves da Cruz, em substituição de Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 50 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio,



Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Verificou-se, a ausência da Senhora Vice-Presidente da Câmara Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, O Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou da renúncia apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, João Carlos Fraga de Oliveira Martins, do partido CDS-PP, pelo que, passaria a membro efetivo o elemento seguinte da lista daquele partido, a Senhora Deputada Municipal, Marta Margarida Silva de Carvalho Viana.

Informou ainda, terem pedido justificação das suas ausências os Senhores Deputados Municipais, António José Pereira Morgado, que iria ser substituído por António Maria Miranda Neves, Aurélio Mariz Neiva, que iria ser substituído por António Martins Neves, e Mário Ferreira Fernandes, que iria ser substituído por Fernando Gabriel Neves da Cruz.

De seguida pediu permissão para umas breves palavras, tendo referido:

"Foi apresentada na última reunião da Comissão Permanente em 20 de junho, a proposta de regulamentação de recolha de imagens e som e transmissão das sessões da Assembleia Municipal, efetuada pelo grupo de trabalho criado para o efeito, e que teve em conta, como não podia deixar de ser, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável a esta matéria. Registo o espírito de boa colaboração que se verificou, para a elaboração desta proposta. Foi entregue aos líderes dos partidos presentes na Comissão Permanente, a proposta. Está assim atualmente em fase de discussão. Caso algum membro da Assembleia não tenha recebido a proposta, peço que me informe por via oficial, para que lhes seja enviada nos próximos dias."-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos corressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo previsível de máxima duração daquela assembleia, de duas, a duas horas e meia.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de abril de 2023 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023. -----



Não participaram na votação os deputados municipais António Maria Miranda Neves, José Maria Losa Esteves, António Martins Neves e Fernando Gabriel Neves da Cruz, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 27 de abril de 2023.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otilio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo começado por apresentar a seguinte Moção:

*“ Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Esposende,
Exmos. Srs. Membros Municipais deste órgão deliberativo:*

1 - MOÇÃO “PELA GARANTIA DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS INDISPENSÁVEIS EM APÚLIA”.-----

“Foi com indignação e revolta que a população de Apúlia foi informada do encerramento da agência bancária do Banco Português de Investimento (BPI) a suceder no próximo dia 30 de junho de 2023, com a passagem dos serviços e dos funcionários desta dependência bancária para a agência do BPI situada na sede do concelho de Esposende.

Face à decisão tomada por esta entidade bancária privada, o Grupo Político do Partido Social Democrata com assento na assembleia municipal de Esposende manifesta expressamente a sua oposição e repúdio contra este encerramento, bem como a solidariedade com a população da freguesia de Apúlia em defesa dos seus direitos e da manutenção e prestação deste serviço pela referida instituição bancária.

É amplamente reconhecida a importância de balcões de proximidade junta das comunidades, pois são respostas eficientes e necessárias para o acesso da população a notas e numerário, sendo este o método predileto de pagamento pelos cidadãos.

De facto, manifestamos a nossa preocupação pela perda de uma dependência bancária considerada elementar para a população da freguesia de Apúlia, bem como para as freguesias vizinhas que viam na agência do BPI um serviço de satisfação das suas necessidades.

Por isso, o encerramento do BPI consubstancia um desrespeito pelos direitos dos clientes deste Balcão e de todos os cidadãos da freguesia de Apúlia e representa um duro golpe para as aspirações, anseios e necessidades dos mesmos.

Além disso, este encerramento acarretará dificuldades acrescidas aos cidadãos com menos recursos, sem transporte próprio e com maiores dificuldades de mobilidade, como é o caso dos



idosos e pensionistas, que ficarão cerceados na sua liberdade financeira, carecendo de um apoio familiar ou externo para ter acesso a serviços bancários que pode nunca chegar e nessa medida, agravar os casos de isolamento e solidão destes cidadãos.

Deste encerramento resultarão, também, prejuízos e dificuldades para o desenvolvimento da atividade mercantil, que os comerciantes e as pequenas e médias empresas desenvolvem, a nível local e regional e que muito contribuem para a situação económica que o Município revela.

Face ao exposto, é essencial e necessário dotar a freguesia de Apúlia de serviços bancários indispensáveis que permitam assegurar os direitos de todos os cidadãos da freguesia e das freguesias vizinhas, proteger os idosos e os pensionistas, garantindo um serviço de proximidade e acentuar o desenvolvimento económico com soluções adequadas aos pequenos e médios empresários e comerciantes.

Pelo que, o grupo político do PSD de Esposende propõe esta moção, intitulada pela garantia dos serviços bancários indispensáveis à freguesia de Apúlia, que depois de aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Esposende datada de 28 de Junho de 2023, deve ser remetida ao Conselho de Administração do Banco Português de Investimento (BPI), apelando para que reconsidere a decisão do encerramento da agência de Apúlia por força dos motivos indicados e dela dar conhecimento ao Banco de Portugal e ao Ministério das Finanças e apelar para a criação de serviços mínimos bancários junto das populações.”-----

De seguida fez a Intervenção Política que se segue:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Publico presente,

Na presente intervenção perante esta Assembleia, tenho em primeiro lugar, que expressar um voto de reconhecimento e de elogio.

Assim, as minhas primeiras palavras são endereçadas à instituição GRASSA – Grupo de Ação de Solidariedade Social de Antas pelo desenvolvimento e inauguração das “Instalações artísticas na Natureza”, produzidas pela comunidade sénior de Antas e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação la Caixa, através da iniciativa PARTIS & Art for Change, e que foi distinguido com o prémio internacional “Amateo Award 2022. É obrigatório referir ainda, que este projeto contou com a parceria do Município de Esposende, o Parque Natural Litoral Norte, Junta de Freguesia de Antas e a Rio Neiva – Associação Defesa do Ambiente e teve Direção Artística de Gabriela Gomes.

Aproveito ainda a ocasião e estendo este voto de reconhecimento e de elogio a todas as associações, comissões de festas, juntas de freguesia e outras instituições ou grupos de cidadãos que, ano após ano, dinamizam eventos e mobilizam as forças vivas das suas comunidades tendo em vista a promoção dos seus territórios e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Este ato de reconhecimento é salutar e importante, porque teve tradução na agenda recentemente apresentada pelo Município de Esposende nas piscinas Foz do Cávado.



Na verdade, a programação de Verão de 2023 de Esposende conta com mais de 100 eventos, constituindo um programa bastante diversificado e eclético e onde muitos dos eventos organizados pelas entidades já mencionadas foram inseridas na grelha de atividades e estão a ser publicitadas e divulgadas, constituindo esta política uma estratégia de valorização, preservação e dinamização das atividades e tradições do concelho de Esposende.

Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta,

Prestada a devida homenagem e reconhecimento, cumpre agora assinalar o bom desempenho do município de Esposende em alguns domínios em que tem intervenção ativa e preponderante.

O ano passado, demos aqui conta dos prémios que a Câmara Municipal de Esposende arrecadou nos Prémios Autarquia do Ano, organizados pela Lisbon Awards Group e pelo jornal económico ECO, e têm por objetivo distinguir municípios e freguesias que se destacam nas mais variadas áreas pelas suas práticas inovadoras e de gestão rigorosa do interesse público.

Este ano, o Município voltou a submeter à apreciação do júri a START Esposende – Incubadora e Agência de Captação de Investimento e novamente foi distinguida com o Grande Prémio na Subcategoria Empreendedorismo e Startups, o que faz da Start Esposende um projeto vencedor e que contribui fortemente para o desenvolvimento económico do concelho de Esposende.

Já noutra área, a da Juventude, saudamos a entrega da bandeira e do selo “Município Amigo da Juventude” a Esposende, distinção atribuída pela Federação Nacional das Associações Juvenis e é o reconhecimento do trabalho desenvolvido e concretizado nas diversas políticas amigas dos jovens do nosso concelho de Esposende, pois os jovens são importantes agentes da mudança e têm um papel importante na construção de sociedades mais inclusivas e pacíficas. E hoje temos mais uma oportunidade de contribuir para a aprovação de 1 documento que se reveste de crucial trave mestra para a formação e educação das nossas crianças e jovens. Esse documento, que consta da ordem de trabalhos é a 1ª revisão da Carta Educativa do Município de Esposende.

Noutra vertente, temos que enaltecer as políticas de combate ao isolamento e exclusão social da nossa comunidade sénior, promovidas pelo município de Esposende. Na verdade, neste mês de junho o Município de Esposende voltou a celebrar na Malafaia a festa dos Santos populares e que contou com a participação de 1 800 seniores de todo o concelho de Esposende. Quem participou neste evento, teve a oportunidade de presenciar o sentimento de alegria, de partilha e convivência existentes em todos os idosos ali presentes e que já reclamam por mais eventos direcionados à sua faixa etária. E estas iniciativas têm o condão de fomentar a participação ativas das pessoas.

Outra medida importante para a proteção e segurança da comunidade sénior revela-se no protocolo que o Município de Esposende assinou com a GNR no âmbito do eGuard – Sistema de Teleassistência e acompanhamento de pessoas idosas que se encontrem em situação de risco ou vulnerabilidade. A assinatura deste protocolo contou com a presença do ministro da

Administração interna, José Luís Carneiro e este facto é sinal revelador da importância e do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Esposende.

Na verdade, neste período de tempo entre a última Assembleia Municipal e a presente sessão, o município de Esposende foi palco de excelência para a visita de diversos membros do atual governo, nomeadamente, o Secretário de Estado do Ambiente, Hugo Pires, que conheceu os projetos estruturais do parque da Cidade e a requalificação da Zona das Pedrinhas e Cedovém, o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e das Florestas João Paulo Catarino, o Secretário-Geral do Ambiente e Diretor do Fundo Ambiental, Marco Rebelo, e o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia que reconheceu a mais valia do projeto do parque desportivo municipal. E estas visitas e as palavras dedicadas ao município de Esposende apenas reforçam a ambição e a vontade de trabalhar mais e melhor pelo nosso concelho e a afirmação de que o caminho prosseguido é o correto, apesar das dificuldades e dos obstáculos que surgem.

*Senhor Presidente da Mesa
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Presidentes de Junta*

Tenho a plena consciência de que neste púlpito irão expressar que o grupo político do PSD desmancha-se em elogios à ação do executivo. Mas, se centrarmos o foco noutras latitudes e noutros órgãos de soberania, é comum e normal na Assembleia da República o Partido Socialista fazer a defesa da honra da sua dama, o governo. Isto apesar das trapalhadas na TAP, das demissões de ministros e secretários de estado, dos sucessivos casos e casinhos que despoletam nos meios de comunicação social e a maioria absoluta do Partido Socialista mantêm-se surda e muda.

Mas o que nos interessa neste momento é o concelho de Esposende e as suas freguesias. E nessa medida, Senhor Presidente da Câmara, queremos aqui pedir dois esclarecimentos, sobre dois temas que preocupam e indignam as populações.

O primeiro assunto prende-se com o teor da moção que apresentamos nesta sessão e que versa sobre o encerramento da agência bancária do BPI na freguesia de Apúlia. Como consta da moção da Câmara Municipal de Esposende, o encerramento desta agência deixará a parte sul do concelho de Esposende, constituída por mais de 10 mil habitantes e que agora no Verão, vê a sua população aumentada, sem qualquer serviço bancário de proximidade para dar resposta as necessidades das populações.

Preocupa-nos também a situação de que o encerramento pode constituir para a comunidade sénior um fator de isolamento, pois muitos idosos têm graves problemas de mobilidade e são info-excluídos. Nessa medida, questionamos o executivo camarário sobre as providências que já foram encetadas no sentido de prover a parte sul do concelho e nomeadamente, a freguesia de Apúlia, de serviços bancários necessários e cruciais para as populações.

O segundo tema é o incontornável encerramento temporário do centro de saúde de Apúlia. Na última assembleia municipal foi concretizada a transferência de competências para o município de Esposende na área da saúde, onde estava contemplado o centro de saúde de Apúlia e a previsão de realização de obras tendentes a eliminar as patologias que o mesmo padece. Na sequência, solicitamos ao executivo os esclarecimentos devidos sobre o ponto de

situação referente ao centro de saúde de Apúlia.

Por último Sr. Presidente, e para terminar,

Dizer que o Grupo político do PSD nesta Assembleia, apoia inequivocamente a Moção, intitulada, "Pela adoção de medidas suplementares de segurança, que reduzam a sinistralidade na A28", e que foi aprovada pela Câmara Municipal de Esposende. Um assunto de extrema importância, que o PSD de Esposende irá levar junto dos deputados do PSD do Distrito de Braga, eleitos à Assembleia da República, para questionarem o Ministro da Administração Interna e o Ministro das Infraestruturas sobre que medidas, a curto prazo, pretendem implementar para combater a elevada sinistralidade e a falta de segurança que existe na A28, em especial no troço do Concelho de Esposende.

Muito obrigado pela vossa atenção."

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Muito boa noite a todos, permita-me desiludi-lo dr. Otilio Hipólito, mas hoje não vou falar do PSD local, mas foi mais do mesmo.

Gostava de colocar algumas questões relacionadas, uma delas, uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, foi distribuída um dia destes no Tribunal Juízo Central Cível de Braga, uma Ação da Corimar contra a Câmara de Esposende, no valor de um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil e quatrocentos euros.

Já não é a primeira vez que nos últimos tempos, aparecem Ações sucessivas de valor muito elevado, contra a Câmara de Esposende.

Uma delas o Senhor Presidente até justificou que seria alguém que tinha expectativas de criar um negócio cá, que não conseguiu, aqui há umas sessões atrás, não me recordo quando, eu gostava de saber o que é que se passa, relativamente a este processo da Corimar, atendendo à dimensão do valor da Ação. E todas somadas começa a haver um risco para a Câmara de milhões.

Outra questão que eu gostava de colocar, prende-se com as obras que estão a ser feitas aqui no centro de Esposende. São obras intermináveis, já sabe qual é a minha opinião sobre elas, eu sou completamente contra, acho que aquelas obras não trazem nada de substancial, é uma mera alteração cosmética, que é pouco mais, se fosse para mexer no Rodrigues Sampaio, também sabe qual é a nossa opinião, devia ser feito um parque de estacionamento desde a zona do Tribunal até aos Bombeiros, libertando espaço à superfície para os peões. Não foi essa a opção da Câmara, o que está a ser feito, vão ser lá gastos milhões de euros naquela obra, que essencialmente é uma alteração estética, uns gostarão mais, eu gosto menos, mas isso é uma opinião, acho que é dinheiro a mais para se gastar em obras de aparência. E pior do que isso, são obras intermináveis, que juntamente com as obras do Mercado, tem criado problemas de circulação. Basta dizer que entre a zona da Esposende Ambiente e a Avenida do Hospital, não há uma única via que saia do centro de Esposende para a Marginal, que é uma via estruturante em termos de tráfego. Não há uma!

A rua ao lado do Mercado, a rua Piloto da Frita, está fechada há 2 meses, para pouquíssima coisa, podia perfeitamente ter sido, quando muito, fechada metade da via, permitindo um acesso à Marginal.

A obra do Mercado é interminável e grande parte do parque de estacionamento do Mercado está ocupado, um pela tenda e outro pela obra.

O Rodrigues Sampaio está fechado numa altura de férias, numa altura em que os comerciantes mais faziam negócio, e os veraneantes que procuram Esposende era uma zona privilegiada e que este ano não vai ser usada, por isso.

Para além dos moradores e todos os serviços que ali funcionam à volta, e quanto a isso, já para não dizerem que estou a puxar a brasa para a minha sardinha, a mim não me faz diferença nenhuma em termos profissionais, embora tenha lá o meu escritório, mas a muita gente, faz muita diferença. Ainda agora o Dr. Otilio Hipólito falou da questão das acessibilidades a uma agência bancária em Apúlia, e das pessoas de idade, etc, e eu digo a mesma coisa no que diz respeito às obras do Rodrigues Sampaio, há um péssimo planeamento, há uma péssima gestão de obra, não tem sentido ter sido tudo feito ao mesmo tempo, fecharem as ruas todas ao mesmo tempo, isto devia ter sido planeado de outra forma, pensado de outra forma, independentemente de eu não concordar com a obra. Mas mesmo fazendo a obra, a maioria decidiu assim, devia ser feita com outra prudência, com outro cuidado que não foi atingido.

Outra questão que gostava de colocar, esta igual ou pior, diz respeito a um vídeo promocional feito pela Câmara, muito bonito, feito por alguém que não é daqui, porque diz Pedrinhas e não Pédrinhas, mas tirando essa questão linguística, um vídeo promocional que diz respeito às construções de Cedovém que querem demolir, tudo bem. É uma opção que já vem de há muito, mas se é por uma questão de risco, ainda esta semana foi publicado um estudo que diz que a área de maior risco são as Torres do Ofir, e isso, nunca ouvi falar que as vão demolir.

E depois, demolindo as casas dos pobres em Cedovém, e não só, uns mais pobres do que outros, e os restaurantes, para substituir por restaurantes novos, espaçados entre si, com vista à renaturalização. Que também é uma opção na minha opinião errada, se era para isso, mais valia deixar os restaurantes concentrados onde estão e o ponto de ocupação seria muito mais localizado e renaturalizar tudo o resto. Mas, se é essa a questão ambiental, eu só pergunto como é possível a Câmara, ter permitido uma construção brutal, que é uma brutalidade construtiva, feita por um grupo, na zona sul na Ramalha, em área da rede Natura Europeia, publicada em Cartas Europeias da Rede Natura, já é uma coisa que a APA também vai ter que explicar, numa zona só de moradias, prédios com dezenas de metros de continuidade, alguns deles são capazes de ter mais de 100 metros, de cinco pisos, pelo menos um inferior e 4 superiores, com centenas e centenas de novos fogos, muitos mais do que aqueles que vão demolir em Cedovém, e eu pergunto, se isto é proteger o ambiente. Ainda por cima, a Rede Natura, que até tem lá classificadas as espécies protegidas da zona. Como é possível justificar politicamente, eticamente e moralmente, que se vão demolir casas que estão construídas há mais de 100 anos, de pessoas que lá moram, que têm lá a sua vida organizada, e permitir numa zona altamente sensível, junto à praia, numa zona classificada na Rede Natura, a construção de uma brutalidade, que aquilo do ponto de vista construtivo é uma brutalidade.

Prédios com uma dimensão enorme, com cinco pisos, quatro acima do solo e um abaixo do solo, tem rés do chão, primeiro, segundo e terceiro, que é uma coisa que devia ser uma espécie de cobertura, de sótão, mas que é habitável, tem janelas é perfeitamente habitável. Como é possível, qual é o critério moral, ético, que uma Câmara, e um Estado, porque isto é uma questão que eu vou colocar ao Ministério do Ambiente, como é possível o Estado, o Ministério do Ambiente permitir uma construção daquelas, numa zona de proteção, numa zona que dizem que é de risco, numa zona que dizem que terão de ser demolidas uma série de construções já existentes, há muito, porque o mar está a avançar e porque temos de proteger o ambiente.

Vamos proteger o ambiente, vamos proteger as dunas, vamos proteger as zonas sensíveis, pôr

*lá centenas de casas, centenas de moradores, centenas de carros naquela zona, para além daqueles que já tinha? É este o exemplo que a Câmara de Esposende quer dar?
É desta maneira que a Câmara de Esposende é amiga do ambiente?
Eu tenho um amigo que um dia destes escreveu que, para construir em Portugal, é preciso confrontar com vias públicas, e que em Esposende era preciso confrontar com o poder político. É isso que me parece, é que em Esposende, para se poder construir, é preciso confrontar com o poder político.
Muito obrigado!"*

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou o público presente, que se alguém pretendesse inscrever-se para intervenção no Período de Intervenção do Público, poderia fazê-lo.

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Boa noite Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,
Ex.ma Mesa,
Sr. Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Demais Autarcas,
Ex.mo Público,
Muito boa noite!*

Devemos responsabilizar os autores dos maus momentos e das más ações, que aqui tenho feito com regularidade, mas, propiciando-se momentos positivos, penso que estes devem ser também reconhecidos;

E por isso, dirijo o meu aplauso ao Sr. Presidente Benjamin Pereira pelo Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna para o programa "e-GUARDA".

É uma demonstração de preocupação pela terceira idade fragilizada e em perigo, mas também um reconhecimento do valor das capacidades do nosso "corpo da GNR" para o concelho de Esposende.

Dirijo ainda o meu aplauso ao Sr. Presidente da Câmara pela receção e pelo apoio prestado pelo executivo ao facilitar a "acomodação" da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que no final de setembro, a Liga leve uma boa recordação de Esposende. Por experiência própria vi o quanto é bom termos o apoio da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Dirijo parabéns e votos de sucesso para a "GRASSA" - "Associação de Solidariedade Social de Antas". Parabéns Sr. Baltasar Costa, parabéns Sr. Presidente da Junta, José Viana, pelo projeto.

Assim seguirei dizendo que é disto que o povo precisa, é isto que faz gente feliz, é a isto que se chama motivação e preservação de valores.

Mas, também continuarei a dizer que:

As obras que neste momento estão em curso no concelho e principalmente na cidade, justificam-se de forma duvidosa, mas arrastam-se em derrapagens, porque nasceram para derrapar.

Contudo, cavalgando ondas de realismo podemos agrupar estas derrapagens duvidosas em duas categorias:

- a primeira: de natureza cognitiva - o otimismo, a crença, a subestimação de imprevistos, a ilusão, etc - erros que se cometem sem intenção - e as armadilhas de avaliação porque os autores acreditam na sua superior intuição.

- a segunda: erros de natureza político-estratégica que tem contornos maquiavélicos como a subestimação de custos e sobrestimação de benefícios. Segundo o arquiteto francês Jean Nouvel, "o orçamento destina-se à obtenção da aceitação política da obra - o preço real vem depois".

A solução para estes problemas é haver políticos e governantes com bom senso, discernimento, e sabedoria em sintonia com os cidadãos.

Sintonia com os cidadãos do Concelho de Esposende é coisa que o Sr. Presidente da Câmara não tem e eu estou aqui a repetir o que o povo diz.

Sr. Presidente Benjamim Pereira, não preciso que responda ou comente o que acabo de dizer, mas agradeço que responda por escrito às perguntas que entreguei por escrito nas duas últimas assembleias.

Para terminar, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que nos diga o que sabe sobre o dossier "Fórum Altice Arena Esposende".-----

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Independente, Anabela Solinho, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Boa noite a todos,

Farei uma intervenção sumária, e na mesma recorro a necessidade de uma solução justa e célere no que diz respeito à extensão de Saúde de Apúlia, que encerrou em 2022, estando as populações da margem sul do concelho, não só de Apúlia como também de Fão, a viver constrangimentos no que toca a cuidados de saúde primários. De quatro médicos que estão a operar neste momento, na Unidade de Saúde Familiar em Fão, o único posto de saúde para toda a margem sul, ficarão apenas dois médicos. Isto é insustentável e injusto!

Encerrada mais uma agência bancária, desta vez em Apúlia, depois da de Fão, as únicas duas que existiam na margem sul do concelho de Esposende, questiono o Município, sobre as diligências tomadas ou a tomar, de modo a colmatar a ausência de serviços bancários, alargada também à população sul do concelho, e não só, apulienses e fãozenses.

No sentido de melhorar a mobilidade sustentável na rede de ecovias, deixo o meu conselho, de que, seria interessante e muito à semelhança de outros locais, que existisse sinalização vertical de proibição de velocidade, para as bicicletas.

Recordo também o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que foi prometido ainda para

este ano, duas sessões das Assembleias Municipais, em freguesias do concelho. Antevejo assim, que as duas próximas sessões ordinárias, não serão, portanto, neste espaço, mas em duas freguesias.-----

De seguida apresentou uma Recomendação, com o seguinte teor:

2 - RECOMENDAÇÃO "AUTARQUIA SEM GLIFOSATO / HERBICIDAS".-----

"Considerando:

- 1) que o uso de glifosatos/herbicidas tem vindo a revelar consequências gravosas para a saúde e para o ambiente, nomeadamente:
 - a) apresenta degradação lenta, o que conduz ao arrastamento (pela água da chuva, da rega ou de lavagem) para rios, albufeiras e lençóis subterrâneos, entre outros;*
 - b) atua nos animais como desregulador hormonal e agente carcinogénico, mesmo em doses muito baixas, sendo absorvido através dos alimentos e da água;**
- 2) que existem outros meios de controlo das ervas espontâneas, como os meios mecânicos, biológicos e térmicos, e que, por vezes nem se justifica uma tão grande eliminação, pois as ervas apresentam inúmeras vantagens:
 - a) em períodos chuvosos ajudam à infiltração da água no solo, evitando escorrimentos superficiais que provocam erosão e cheias;*
 - b) fixam carbono e produzem oxigénio;*
 - c) aumentam a biodiversidade vegetal e animal;**
- 3) que a nova lei sobre o uso de pesticidas (Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE), impõe limites à aplicação destes produtos em espaço urbano e aponta para que só haja aplicação de herbicidas quando não existam alternativas viáveis;*
- 4) que a assunção deste compromisso por parte da Câmara Municipal de Esposende será percussora para que todas as freguesias do concelho adotem esta recomendação;*
- 5) que este compromisso vai de encontro aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentáveis n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15 presentes na Agenda 2030 das Nações Unidas;*
- 6) que este compromisso consolida a forte e valiosa mensagem do slogan "Esposende Privilégio da Natureza", recomenda-se ao Município de Esposende que subscreva a Campanha Autarquias sem Glifosato / Herbicidas promovida pela Organização Não Governamental do Ambiente – Quercus -, plasmada no texto seguinte:*

O Município de Esposende decidiu abandonar o uso de herbicidas e, em particular, do glifosato, nas áreas da sua responsabilidade, quer diretamente quer através de empresas concessionárias, tendo em vista contribuir ativamente para um melhor ambiente no seu território e para a proteção da saúde e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Proponho à Assembleia Municipal que aprove a presente recomendação a executar pela CME.-----

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Marta Viana, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,



*Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses aqui presentes,*

Há poucos dias, teve lugar na cidade do Porto o 2.º Encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude. Esposende primou pela ausência no encontro, ou não estivesse em falta para com a criação deste importante órgão para os jovens do concelho. Em abril do ano passado, o CDS chamou a atenção para esta grave lacuna, interpellando nesta assembleia para a criação do Conselho Municipal da Juventude. Ora desde aí, pouco ou nada mudou, e o reforço da participação jovem em Esposende continua, pois, a ser empurrado para um futuro longínquo que não vemos chegar.

Senhor Presidente da Câmara,

Chegam-nos queixas relativamente ao estado do transporte para Braga e Porto, seja por causa da redução de horários, seja por causa, no caso específico do Porto, de os autocarros agora irem diretamente para a estação de Campanhã, sita na periferia daquele concelho, o que obriga a população do concelho de Esposende a prolongar a sua viagem por mais 30 minutos. A mobilidade dos Esposendenses, que se deslocam para estudar e trabalhar diariamente fora do concelho está, assim, a ser fortemente prejudicada, decorrendo neste momento uma petição online, que já contabiliza cerca de 200 assinaturas, pelo regresso das paragens habituais do Expresso da AV Minho - São João e Centro do Porto.

Embora esta alteração do destino seja da exclusiva responsabilidade da Câmara do Porto, gostaríamos que o Senhor Presidente, na qualidade de representante máximo dos jovens deste concelho, fizesse chegar esta preocupação junto do seu homólogo na Câmara do Porto, por forma a que possa ser encontrada alguma alternativa. Repetimos, a deslocação de Esposende ao Porto está, neste momento, a representar um acréscimo de meia-hora no tempo despendido por cada passageiro, o que não é aceitável.

Senhor Presidente da Câmara,

Já em pleno Verão e com o arranque da época balnear, gostaríamos de saber se sempre se confirma o transporte para as praias, conforme anunciou em sessão anterior desta Assembleia. Aproveitamos para perguntar se o Município já articulou com as forças de segurança o reforço do patrulhamento, para não acontecer como em anos anteriores, com queixas sobre falta de vigilância.

Ainda sobre o Verão, noutros tempos, Ofir era local de excelência de diversão noturna no norte de Portugal. Agora que espaços como o Biba Ofir ou Pacha estão votados ao abandono, perguntamos que estratégias tem o município para atrair investimento nesta área.

Muito obrigada!"-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Exmos.



*Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses aqui presentes,*

Senhor Presidente da Assembleia,

Em setembro do ano passado, esta Assembleia votou, por unanimidade, uma recomendação que exortava o Executivo a alargar o ciclo de conferências, inseridas no âmbito das comemorações dos 450 anos de elevação a Vila e criação do concelho de Esposende. Propunha esta Assembleia que o ciclo não ficasse estagnado no passado, abordando também o futuro do nosso concelho, sentindo o pulsar das nossas gerações mais novas.

Dez meses depois, registamos, com tristeza, que o Executivo votou esta Assembleia ao desprezo, pois o ciclo de conferências irá terminar com o mesmíssimo número de conferências com que se propôs no seu arranque, todas debruçadas sobre o passado.

Não sabemos se foi mesmo desprezo, descuido ou algum temor reverencial para com o Senhor Comissário, mas a verdade é que as comemorações dos 450 anos ficarão totalmente coladas ao passado, sem qualquer abertura de horizontes para o futuro.

Senhor Presidente da Câmara,

O piso que vai desde as piscinas até à lota dos pescadores está em muito mau estado, com tábuas soltas, noutras partes já partidas ou mesmo já desaparecidas. Não há avisos ou proteções para que as pessoas não passem por cima do chão que se encontra danificado, mas, pior, não se vêem trabalhos de reparação e substituição. Pergunto-lhe se é assim mesmo, com aquele piso indigno, que pretende receber os milhares de esposendenses emigrados e outros tantos forasteiros, que se preparam para visitar o nosso concelho brevemente?

Senhor Presidente da Câmara,

Quando a próxima sessão desta assembleia tiver lugar, boa parte das entidades desportivas do concelho já terão arrancado a sua época. Chegam-nos preocupações quanto ao facto de as participações do Município apenas chegarem em fase muito adiantada da época a que respeitam, ou mesmo já no seu final. Seria bom mudar o paradigma e fazer com que a ajuda chegue mais cedo, não deixando as instituições aflitas.

Senhor Presidente da Câmara,

Ainda no registo dos dinheiros públicos, chegam-nos queixas das juntas de freguesia quanto ao facto de a Câmara não canalizar as verbas necessárias para a realização de obras necessárias, algumas delas já para ontem. Permita-me, em jeito de provocação, dizer-lhe que depois de ter andado, nestes últimos tempos, aluado com a receção a ministros e secretários de estado, é bom que desça à nossa terra e à sua realidade local, e atenda às aspirações dos nossos presidentes de junta. Estaremos atentos.



Muito obrigado!"-----

Antes de proceder à suspensão dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia dirigiu a palavra à Deputada Municipal Anabela Solinho, para esclarecer que, o que pretendiam era fazer pelo menos duas sessões durante o mandato e não durante este ano. Reafirmou ainda, que a próxima sessão de setembro, será realizada em Forjães.-----

De seguida, pelas 21 horas e 30 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 10 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem a moção e recomendação apresentadas.-----

Pelas 21 horas e 40 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação da moção e recomendação apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - MOÇÃO “PELA GARANTIA DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS INDISPENSÁVEIS EM APÚLIA”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----
MAIS DELIBEROU, QUE DELA SE DÊ CONHECIMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO (BPI), APELANDO PARA QUE RECONSIDERE A DECISÃO DO ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DE APÚLIA POR FORÇA DOS MOTIVOS INDICADOS NA MESMA, BEM COMO, AO BANCO DE PORTUGAL E AO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, APELANDO PARA A CRIAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS JUNTO DAS POPULAÇÕES.-----

Não participou na votação a deputada Marta Margarida Silva de Carvalho Viana, por não se encontrar presente na sala no momento da votação.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos a favor, porque manifestamente o serviço bancário em Apúlia e em toda a zona sul do concelho faz falta, embora não seja competência da Câmara abrir agências bancárias e o que a Câmara mais tem de fazer, para que haja serviços bancários em certas freguesias, em certas zonas do concelho, é desenvolver efetivamente, em termos de habitantes e economicamente, essas zonas.

Gostava também de referir que o PSD, esta preocupação que teve com os serviços bancários e bem, devia tê-la também, na altura que foi para transferir a farmácia de Belinho para Esposende, que aí também é um serviço essencial que uma freguesia vai ficar sem ela.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO “AUTARQUIA SEM GLIFOSATO / HERBICIDAS”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, A EXECUTAR PELA CME.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O Grupo Político do PSD vota a favor, dado que o Município cumpre desde 2013 as prerrogativas que são impostas pelas Diretivas Comunitárias."-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos a favor, porque somos manifestamente contra o uso de herbicidas, que são altamente nocivos para a saúde. No entanto, gostávamos de referir, que há nos considerandos da proposta, alguns aspetos, que podem causar algum aproveitamento político futuro, quando se diz por exemplo, "que as ervas apresentam inúmeras vantagens, em períodos chuvosos ajudam à infiltração da água no solo, evitando escoamentos superficiais que provocam erosão e cheias", tudo isso está muito bem, mas que isso não seja o pretexto para deixar depois os caminhos cheios de ervas, porque depois as pessoas não vão querer ervas à porta. Está tudo muito bem, mas que a Câmara e as Juntas depois, não se aproveitem do facto, para dizer que as ervas ficam muito bem, que até são boas para evitar as escorrências e a infiltração de água."-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Terminadas as votações da moção e da recomendação apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*"Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

Uma nota prévia a justificar a ausência da senhora Vice-Presidente, está no gozo do seu período de férias e, dar início à minha intervenção no sentido de responder às questões que me foram formuladas.

Relativamente à intervenção do deputado Otilio Hipólito, curiosamente, e por ter falado de alguns sucessos que temos vindo a alcançar em termos do executivo, e daquilo que é o reconhecimento pelo trabalho efetuado, hoje mesmo, está publicado no Facebook do Município, tomamos conhecimento que a plataforma "cidade social" distinguiu o Município de Esposende como Autarquia Solidária intervenção social crianças e jovens 2023, para a tipologia entre 30.000 a 100.000 habitantes, e, portanto, acabamos por ser premiados também nesse contexto. Portanto, começa a ser habitual para nós, convivermos com essa realidade e é o resultado do nosso trabalho.

A questão colocada quanto ao BPI, desde a primeira hora que nós, quando nos apercebemos do encerramento desta agência bancária, da mesma forma como fizemos quando aconteceu em Forjães, e em Fão antes ainda de Forjães, desde logo tentamos inteirar-nos da situação. Convocamos e, quando digo convocamos, estou a falar da Junta de Freguesia e, a Câmara

Municipal, sempre em conjunto nesta ação, convocamos a direção norte do BPI, para tentar entender as razões que levavam ao encerramento, tentar perceber se conseguíamos ou não evitar esse encerramento. Tivemos uma conversa e o que nos disseram é que estão mandatados para nos transmitir isso, não têm capacidade de decisão, são orientação superiores do conselho de administração do banco, que tem acionistas inclusive que não são portugueses, são espanhóis e que tomaram essa decisão e portanto, nada há a fazer quanto ao encerramento.

Lá tentámos dizer pelo menos, deixem passar o verão, para que haja tempo também para encontrarmos uma alternativa, e para que as pessoas não se vejam privadas desse serviço de um momento para o outro. Iam avaliar a situação, ligaram-me nesse mesmo dia à tarde, e a segunda condição que nós deixamos, a primeira era obviamente não encerrar, a segunda seria encerrar em setembro, e a terceira era pelo menos manter a caixa multibanco para os serviços mais básicos de levantamento do dinheiro. À tarde ligaram-me a dizer que a caixa multibanco muito bem, que iria ficar, mas quanto ao resto não tinham condições para ouvir os nossos pedidos. Entretanto movimentamo-nos e fomos ter com a Caixa de Crédito Agrícola, no sentido de perceber se havia interesse da Caixa de Crédito Agrícola, tal qual como fez em Forjães, ocupar aquele espaço ou outro que viesse a surgir, no sentido de ficar disponível para a população de Apúlia e Fão, a verdade é que, a Caixa de Crédito Agrícola não estava a contar com esta alteração e, não tendo estudos, não pode de imediato assumir essa vontade. De qualquer maneira ficou o compromisso, porque temos uma excelente relação com a direção, de estudarem o assunto, de perceberem se há ou não condições para abrirem uma agência naquele local, sem que isto constitua qualquer promessa, importa deixar isto muito bem claro. Há uma vontade da administração de olhar para a situação e para a oportunidade que se possa ter gerado e poder eventualmente dar uma resposta positiva a isso, mas sempre obviamente, alicerçado e alavancado num estudo de mercado que terá que ser feito. Entretanto, não nos ficamos por aí, falamos com a direção do Banco CTT, também no sentido de perceber se poderíamos criar uma nova estrutura, quer de serviços de correios, quer também de serviços bancários e, também, nos foram transmitindo que não haveria, enfim, já têm uma capilaridade, foi o termo que utilizaram, muito grande no território, com 212 agências espalhadas por todo o lado. Não são verdadeiramente agências, são postos de correios, mas que têm o balcão bancário e têm apenas duas agências, uma no Porto, outra em Lisboa, que iria entrar um novo acionista no banco CTT, e entrou mesmo, que é a Tranquilidade. Portanto, eu digo isso porque, entretanto, já vi notícias que dão nota disso mesmo, e com a entrada desse novo acionista poderia ser alterada a estratégia de presença no território, portanto, ficariam com essa nota nossa, de que, caso houvesse essa possibilidade, poderiam eventualmente dar resposta positiva.

Isto são apenas contactos, não constitui nenhum tipo de vínculo ou compromisso, e como aqui foi dito, é verdade, o município não tem a capacidade de intervir junto dos privados, para os obrigar a prestarem estes serviços, no entanto, a nossa Moção que apresentamos na Câmara, também foi no sentido de nós não podemos, mas o Governo pode. E o Governo pode criar legislação que obrigue a serviços mínimos bancários junto da população, durante um determinado período de tempo, estamos a falar durante alguns anos, enquanto a população mais idosa, ou outras que tenham iliteracia digital e que não consigam lidar muito bem com as novas tecnologias e, portanto, resolver os seus problemas através do seu computador, ou então, das caixas que vão surgindo cada vez com mais funcionalidades. Eu acho que o Governo de Portugal, seja lá ele quem for, deveria pugnar para que existisse em determinado

rácios junto da população. E quanto mais não fosse, tinham o banco do Estado, temos a Caixa Geral de Depósitos que podia muito bem suprir essas necessidades e diminuir aos lucros, diga-se de passagem, porque o dinheiro que salvou a banca portuguesa, é o dinheiro dos contribuintes portugueses, portanto, acho que no mínimo deveriam retribuir com a prestação de um serviço de proximidade para as pessoas. Enfim, isto são ciclos, temos de os aceitar, mas também temos que lutar e denunciar estas situações para bem das nossas populações.

Quanto à questão do Centro de Saúde, está tudo a correr muito bem, temos o projeto aprovado e saiu há dias o Aviso para nos podermos candidatar, onde está lá identificado o município de Esposende, com quinhentos mil euros neste momento para Apúlia e duzentos mil euros para Esposende, na certeza de que depois, há de sair mais à frente um Aviso, com o valor global para um novo Centro de Saúde em Esposende, como foi prometido pelo Governo, no âmbito da transferência de competências. Portanto, neste momento está tudo a correr bem, é apresentarmos o projeto que já está feito e validado pelas entidades próprias, porque não é a Câmara que aprova o projeto, há outras entidades que têm que se pronunciar, nomeadamente a ARS, e portanto, acreditarmos que tudo vai correr dentro dos prazos que nós tínhamos definido para a reabertura, com a obra já concluída.

Do senhor Deputado Municipal Tito Evangelista, eu acho que esta ação, o senhor diz que pretende ser esclarecido, mas eu estive no processo e o senhor está lá como testemunha, portanto, se alguém deve saber o que lá está, é capaz de ser o doutor Tito, por acaso tive a curiosidade de ver e estava lá o doutor Tito Evangelista.

O assunto é muito simples, estamos a falar de um terreno a norte do hotel suave mar, que está devoluto há imenso tempo, foi negociado na década de 80 a favor do município, como cedências por parte de loteamentos que foram feitos, em troca da cedência daquele terreno, na altura para a construção de uma escola, é verdade, mas foram feitas infraestruturas para os promotores e foram isentos de taxas. Ou seja, houve uma permuta de um valor, pelo terreno. Passaram-se trinta e muitos anos, estamos a falar da década de final de 80, devia ser da altura da doutora Laurentina. Bem, as pessoas beneficiaram à data, de uma contrapartida pelo terreno e não foi uma expropriação, portanto, foi de comum acordo. Hoje, acham que nós não devemos utilizar aquele terreno para valorização do próprio município, do seu património, acham que têm direito novamente ao terreno.

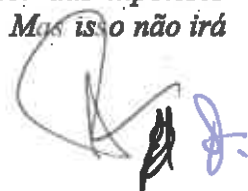
Importa dizer o seguinte, antes de nós avançarmos para a operação que fizemos de loteamento naquele local, como é evidente, pedimos um parecer jurídico, para saber se podíamos ou não avançar com isso e temos um parecer jurídico, que nos diz que ao fim de 30 e tal anos, já teria existido inclusive a caducidade do direito de reversão, que deveria ter sido acionado pelo menos num prazo de 20 anos.

Isto é o que nós temos na Câmara, suscetível de ser analisada, a ação vai ser analisada, que é completamente ridículo virem-nos hoje pedir um milhão e oitocentos e não sei quantos mil euros, este tipo de ações são apenas para criar ruído.

O que nós estamos a fazer é pegar num terreno que está ali devoluto há trinta e muitos anos e tentar reabilitá-lo, para utilizarmos o dinheiro, para investir nas freguesias. Tão simples quanto isto!

Fazer aquilo que já fizemos no passado, constituir um loteamento, vender os lotes, realizar dinheiro para poder acionar o Plano de Investimento nas Freguesias.

Enfim, nós temos que respeitar a opinião das pessoas, que se sentem lesadas e como é evidente vamos entregar aos nossos advogados para que tratem do assunto. Na pior das hipóteses teríamos de devolver o terreno e pagar zero, isso não faria qualquer sentido. Mas isso não irá



acontecer com toda a certeza, porque houve uma contrapartida e um acordo. Se fosse um processo expropriativo, se nós tivéssemos expropriado para um determinado fim e não cumpríssemos ou nos desviássemos daquele fim, eu até admito que pudesse haver aqui matéria para ser discutida, caso não houvesse o conceito da caducidade, teria de ser estudada a componente da caducidade. Havendo essa questão, não vejo aqui grandes riscos para o Município. Mas, com toda a humildade, eu não sou da área jurídica, não sou advogado, portanto, não me vou pronunciar sobre isso, é o meu entendimento, enfim, a minha posição ficará salvaguardada como é evidente pelos advogados que defendem os interesses do município.

De resto, uma coisa é certa, este tipo de operações, condicionam e atrasam o desenvolvimento do nosso território, disso não tenho qualquer dúvida, porque estão a condicionar uma receita que nós contávamos ter muito em breve com a alienação desses mesmos lotes.

Das obras no centro de Esposende, eu lamento, eu não tenho muito a dizer em relação a isso, eu tenho de esclarecer as pessoas, posso adiantar que a Rua Piloto da Frita, que é a tal rua que fica a norte do mercado municipal, no final da próxima semana, em princípio estará transitável e aberta ao trânsito, foi isso que me foi dito hoje à tarde.

Entretanto, o empreiteiro, houve ali várias contingências, quem vai fazer aquela obra como subempreiteiro, é o empreiteiro que está a fazer a obra do Largo Rodrigues Sampaio, contratado pelo empreiteiro geral da obra do mercado, à qual nós somos completamente alheios, não tem nada a ver connosco. É uma obrigação do empreiteiro geral, que se comprometeu a terminar a obra no final da próxima semana e tornar aquilo transitável, nós também pretendemos que esteja, de facto é uma volta muito grande que temos que dar para chegar da zona nascente à zona poente da cidade.

Quanto ao resto, há coisas que nos ultrapassam, qual é o interesse do Município em atrasar a obra?

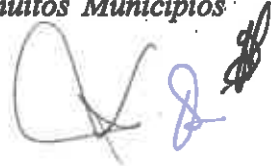
Qual é o interesse do Município em ter obras durante o verão?

Nenhum!

Só que, é preciso não esquecer, que lá atrás, houve uma impugnação em tribunal, mais uma vez, de um empreiteiro em relação ao outro, a quem tinha ganho, que acabou por perder, mas atrasou a obra um ano. A seguir, estamos em obra, a EDP lembrou-se que era preciso infraestruturas, que não tinha pensado, apesar que terem sido todos contactados no início, não se lembraram disso, depois à última hora meteram um PT novo, e queriam reforçar toda a linha, até ao escritório do dr. Tito e toda aquela zona ali do Rio Doce.

Queriam que a Câmara pagasse toda aquela infraestrutura, como é evidente a Câmara não tem de pagar, acabaram por pagar deles, mas, entretanto, perderam-se aqui mais 15 dias ou 3 semanas, sempre na lógica da salvaguarda dos interesses do município. E essa pressão, e essa chantagem, estão permanentemente a fazê-la e nós, não nos podemos deixar levar. E sem enterrar a infraestrutura não há pavimentação, e sem pavimentação a obra não anda e não se termina. Depois, não podemos esquecer que há um grave problema de mão de obra e um grave problema de escassez de materiais. Agora as coisas começam a ficar bem, mas desde há um ano a esta parte, foi um drama conseguir materiais, que inclusive as próprias Juntas de Freguesia não conseguiam arranjar, a preço nenhum e a escassez de mão de obra também.

Sendo certo, que nós tínhamos um deadline, porque é que nós não paramos durante o verão, como fizemos o ano passado quando começamos na Frei Bartolomeu dos Mártires? Porque se nós não concluirmos a obra até ao dia 30 de setembro, perdemos o financiamento. E era 30 de junho, felizmente para nós, porque houve muita pressão de muitos Municípios



junto da Comissão de Coordenação e do Norte 2020, acabaram por alterar e deram mais três meses basicamente.

Mas todas as faturas que entrarem a partir do dia 30 de setembro, quer de uma obra, quer de outra, que são obras do PARU, nós não temos direito a nada e se não forem concluídas até ao final deste ano, perdemos o financiamento todo. Temos que devolver o dinheiro todo, do que já aplicamos até aqui, essas são as regras vigentes, portanto, nós não temos condições para parar uma obra daquelas e também seria ridículo neste momento ficar com aquilo assim. É preferível andar, e nós acreditamos, que a obra do Largo Rodrigues Sampaio, termine como previsto, até 15 de agosto.

A do Mercado demorará mais algum tempo, mas o exterior será todo terminado também e ficará disponível para a população, sendo a obra restrita ao interior do próprio edifício.

É isso que está planeado, com muitas dificuldades, não é fácil os empreiteiros cumprirem, eles têm muitas obras também neste momento, há muita pressão para ser resolvido, não é só o Município de Esposende que está nesta condição, todos os municípios pressionam e não tem sido fácil a gestão. Não é por falta de cuidado, nem do Presidente e muito menos dos trabalhadores da Câmara que se têm empenhado imenso em resolver estes problemas.

Quanto à questão de Pedrinhas Cedovém, eu também digo Pedrinhas, não sei se isto faz de mim menos esposendense, mas às vezes sai assim, outras vezes sai Pédrinhas.

De resto, este projeto foi negociado desde o início, desde a primeira hora, com a população. Desde o momento em que nós fomos ao fundamental, conseguimos uma verba e contratamos a equipa projetista, que, chamei à Câmara Municipal todos os grupos com interesses naquela zona. Pescadores, inclusive a Junta de Freguesia, a Comissão de Baldios, o pessoal dos restaurantes, os residentes, toda a gente veio a reuniões, grupo a grupo, com a equipa projetista para explicar qual seria a ideia e darem contributos, e o que é que se pretendia desenvolver. Estamos a falar já, em 2019, entretanto meteu-se a pandemia pelo meio, perdemos aqui dois anos, é verdade que se atrasou um pouco o processo, é verdade que os pareceres foram muito difíceis de conseguir, curiosamente, o que não deixa de ser ridículo, porque quem tem obrigação de fazer aquilo é a APA, não é o município. Nós estamos-nos a substituir ao Estado, a fazer uma obra em domínio público marítimo, ou um projeto pelo menos, e, acabam por complicar nos pareceres como complicam com todos, com os privados; com o município e tudo isso.

Chegados a esta altura, a ter um anteprojeto como os Pareces favoráveis, estava na hora de apresentar publicamente aquilo que foi o resultado do trabalho dos projetistas. Fizemos a sessão, apresentamos, com total frontalidade, sem medo das pessoas, sem medo do confronto e da troca de ideias, está em processo de discussão pública, todas as opções estão validadas.

Portanto, do meu ponto de vista, vamos ver os contributos, vou voltar a reunir com cada um daqueles grupos novamente, não temos medo de encarar as nossas responsabilidades. Vamos voltar a reunir com todos e no final, fecharemos o projeto, dentro daquilo que são os contributos possíveis, porque não adianta dar contributos que depois choquem com os Instrumentos de Gestão Territorial existente, com o POOC, com o Plano de Ordenamento do Parque, com o PDM, não adianta propor coisas que não são aceites por isso, terão logo parecer negativo e inviabilizam tudo, na certeza de que, o próprio projeto, ao contrário do que possam algumas pessoas dizer, está a ter bom acolhimento junto das pessoas de Apúlia. Isso para mim é fundamental, sem qualquer desprestígio ou desconsideração para as pessoas de fora, mas há ali claramente, duas sensibilidades que tem a ver com as pessoas que têm ali a sua habitação de férias, de fim de semana e as pessoas que ali residem, os que lá trabalham e

eu tenho para mim, daquilo que tem chegado para nós, que as coisas estão bem encaminhadas e que as pessoas estão com vontade neste momento de resolver o problema. Sendo certo, que a própria erosão costeira colocou aquela situação, numa situação de risco total e portanto, não sabemos se no próximo inverno não haverá já problemas de demolição por parte da ação do próprio mar.

Quanto à questão do empreendimento que está a ser construído na zona sul de Apúlia, dito assim pelo Dr. Tito dá impressão que é tudo uma ilegalidade e que vai tudo preso.

Aquele terreno onde está a ser construído aquele prédio está em zona de construção desde o PDM de 1994, desde a publicação em 13 de maio de 1994, que aquela zona é zona de construção. De repente, é Rede Natura, a questão é que a Rede Natura em determinadas zonas, anda por cima das zonas urbanas. Faz parte, mas isso não foi desenhado por nós e não é critério, o POOC foi publicado há pouco tempo e não afeta aquela zona. Portanto, não vamos misturar alhos com bugalhos, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O processo é totalmente legal, totalmente correto e não podia ser de outra forma, que se goste mais ou menos, mas vamos ver, é uma zona de moradias é verdade. Aquela zona ainda tem ali uma área muito grande para construir e o PDM permite os edifícios com aquela cêrcea que ali está. Portanto, como é que nós vamos coartar o direito a um promotor, seja lá ele quem for, se o próprio PDM diz que pode ser assim. Até que me provem o contrário, e aí os meus técnicos terão que se haver comigo, se autorizaram alguma coisa, se informaram alguma coisa de forma errada, nós cá estaremos para chamar à responsabilidade quem o fez, mas não é o caso. Foi mais do que verificado, com os pareceres todos favoráveis que tinha de ter, e não tem nada a ver, não é a Rede Natura que define ou não define onde é que se pode construir. Não estamos a falar de outro tipo de categorização do espaço, que impede a construção, não é disso que estamos a falar. A Rede Natura está definida, no litoral de Esposende e há zonas em que ela se sobrepõe à zona urbana consolidada. Assim como o próprio POOC neste momento, tem zonas do POOC que estão sobrepostas com zonas que têm capacidade construtiva, em zonas consolidadas já, nem sequer é em zonas previstas, é em zonas consolidadas. Tem que se conjugar as regras, naquele caso não há impedimento nenhum para construir, é completamente uma falsa questão levantada, enfim, no sentido se calhar de confundir algumas pessoas, pois não acredito que o Dr. Tito não saiba isto que eu estou a dizer.

O deputado Marcelino Cunha, eu hoje apetece-me agradecer-lhe as suas palavras, nós tentamos fazer o melhor possível, quanto ao E-GUARD, sim o objetivo é muito bom, da GNR, nós estarmos presentes neste esforço de proximidade com as populações mais isoladas. Nós não temos um problema, como se pode ver no interior do país, mas, existem sempre situações a serem acauteladas e, portanto, foi com muito agrado que recebemos cá o Senhor Ministro da Administração Interna.

A questão da Liga Portuguesa Contra o Cancro, nós estamos apenas a participar neste esforço, e aliás, o apelo é para que toda a comunidade participe, toda a gente ajude neste esforço, nunca é demais.

De resto, as palavras que dedicou à GRASSA e à Junta de Freguesia de Antas, eu partilho-as completamente consigo.

Aliás gostaria de agradecer publicamente ao Senhor Ministro, pelo facto de se ter deslocado duas vezes ao concelho de Esposende, contrariamente a outros que prometem que vêm e depois não aparecem. De ter vindo, veio a primeira vez, inteirou-se do processo, prometeu naquele dia que viria no dia que nós combinamos, 24 de junho e apareceu. Fez a caminhada toda connosco, 6 km de caminhada ao longo do rio, e portanto, não custa nada, quem tem uma

atitude correta connosco, de a elogiar publicamente, achò que o Senhor Ministro esteve muitíssimo bem, e foi muito bom para a gente que participa naquele projeto, pessoas idosas, sentiram-se acarinhadas, era bom que todos os políticos em termos nacionais e do Governo pensassem e agissem daquela forma.

Depois vem aqui a parte das demoras duvidosas, não há demoras duvidosas, há obras a serem geridas, há atrasos como há nas obras em nossa casa, ou noutra sítio qualquer, as coisas são o que são. Uma coisa é certa, não há derrapagens em termos financeiros, as obras são aquilo que se sabe, se tivermos de pagar a mais são as revisões de preços, mas isso decorre da lei, de acordo com fórmulas que já estão pré-publicadas, portanto, não há esse tipo de situações. Quanto ao Fórum Altice Arena Esposende, eu não conheço, gostava que houvesse um Fórum Altice Arena aqui em Esposende, que iria ser muito bom para o nosso turismo com toda a certeza.

Da senhora deputada Anabela Solinho, da extensão de saúde penso que já esclareci, ao esclarecer o senhor deputado Hipólito. Do pessoal médico eu não tenho conhecimento disso, mas é responsabilidade do ACES, se me está a dizer que vão ficar apenas dois médicos, temos de tentar perceber o que é que irá acontecer.

Quanto ao BPI também já justifiquei.

Quanto à rede de ecovias, é uma referência muito lógica o que está a dizer, é preciso que as pessoas tenham cuidado e não circulem nas ecovias de bicicleta e muito menos nas elétricas, e a circular, pelo menos que o façam com o máximo cuidado, o que faz todo o sentido.

Quanto à questão da Recomendação ela foi respondida pelos senhores deputados, e nós concordamos plenamente com isso. Desde 2013 que a Esposende Ambiente faz este trabalho e não usa os glifosatos, e, por isso, somos muito atacados, porque as ruas não estão limpas e, porque tem ervas. Ou há de ser uma coisa ou há de ser outra, era preciso um batalhão de pessoas para manter as coisas como elas podem estar, se for dessa maneira, por isso é que a lei diz, desde que existam alternativas viáveis, portanto, não existindo alternativa viável, que remédio as pessoas têm, para manterem as coisas minimamente limpas, senão fazer isso. E, de facto, o esforço, nós já testamos tudo, meios térmicos, mecânicos, já testamos tudo, o Presidente do Conselho de Administração da EAmb está aí, o Dr. Paulo Marques, não me deixa mentir, já testamos tudo e as coisas não são tão simples quanto parecem. Mas enfim, de qualquer maneira, o princípio está correto, nós fazemos, mas não conseguimos o nível de qualidade do serviço, que conseguíamos com a utilização desses produtos, não vale a pena sequer pensar.

Da senhora deputada Marta Viana, do Conselho Municipal da Juventude, ele está em consulta pública neste momento e muito brevemente vai à Câmara.

Quanto aos transportes, está desatualizada nos pedidos, eu vou explicar. Quanto a Barcelos, foram reforçados os horários, nós recebemos essas queixas vamos dizer assim, transmitimos à Autoridade de Transportes, que é a CIM, não é o Município que decide isto, importa explicar, a Autoridade de Transportes é a CIM, que abarca quatro Municípios, Barcelos e Braga são a Autoridade de Transportes e depois os outros quatro da CIM, Terras de Bouro, Amares, Vila Verde e Esposende, estão debaixo da gestão da CIM. Portanto, foi reforçada a situação dos horários, Esposende-Braga foi acrescentado um Expresso direto, de 3 em 3 horas, uma coisa que nós só sonhávamos aqui há uns anos a esta parte, e o Porto, está resolvido. Portanto, chegou-nos essa situação, neste momento já está resolvida. Portanto, a paragem era diretamente em Campanhã, aliás o Senhor Vereador Luís Peixoto também falou disso na reunião de Câmara, e, entretanto, nós tínhamos feito essas démarches, o município de

Esposende em representação da CIM, reuniu com a área metropolitana do Porto, e face às queixas que existiam, criou-se novamente a paragem na zona do S. João, que era muito importante, por via do acesso à Oncologia, ao Hospital de S. João, etc e, não fazia qualquer sentido que fosse de outra forma. Mas isso, já está a funcionar desde segunda-feira, dessa maneira, portanto, esse assunto está resolvido. E era muito difícil porque depois as pessoas não conseguiam entrar no sistema de transportes do Porto, para voltarem de Campanhã. Eu entendo o princípio, ter uma zona central e fazer a distribuição nos transportes urbanos do Porto, mas para pessoas mais idosas isso é um drama completo, e portanto, esse assunto está resolvido.

Quanto ao transporte para as praias, vai começar dentro em breve, temos isso tudo pronto, vamos ter um autocarro, um Summer bus, é assim a designação, a circular na zona das praias todas. Quanto à GNR, sim, nós tivemos uma reunião, o Senhor Vereador da Proteção Civil e do Trânsito, reunimos com o Comando Distrital da GNR, e falamos de tudo e mais alguma coisa relacionada com a segurança no nosso território. Ficamos muito agradados com o senhor Comandante que nos disse que iríamos ter muitos agentes, de várias formas, de bicicleta, eventualmente a cavalo também, voltar aquele modelo mais antigo, agradou-nos bastante, portanto, estamos satisfeitos.

Quanto ao Pachá e Bib'Ofir, estes eram problemas graves do nosso território há uns anos a esta parte, porque nós sabemos o que é que se passava em alguns destes espaços, o Bib'Ofir foi encerrado por via da vizinhança e dos problemas que causava, o Pachá a dada altura, não conseguiu sobreviver à fiscalização da GNR, face à presença de drogas, de problemas que existiam naqueles locais.

Eu estou a dizer coisas que são verdade e foram faladas na altura com o comando da GNR, que nos dizia a quantidade de apreensões que tinham. Em boa hora fechou, muito honestamente, eu sei que para os jovens, poderão não pensar assim, mas nós não queremos esse tipo de coisas no nosso território, a GNR fazia o seu trabalho e, portanto, acabou por levar a uma situação de inviabilidade económica, porventura.

Mas como digo nós não temos forma de captar, se há interesse em reabrir, se não há interesse em reabrir, se vai ou não acontecer, não depende do município de Esposende, com toda a certeza.

Para terminar, do deputado municipal Francisco Melo, quanto às conferências, não foi desconsideração, não tome isso por esse lado, porque isso é que não é de todo. A verdade é que tínhamos a programação definida, e o que eu lhe prometo é o seguinte, nós mesmo que saia fora deste âmbito, até ao 19 de agosto, haverá tempo a seguir, para nós termos um ou outro momento, marcarmos uma outra conferência, para falarmos daquilo que o senhor sugeriu aqui. Portanto, não queria que ficasse com essa ideia, porque não é isso, de todo, não temos qualquer medo, era o que faltava. Receio mau era se assim fosse, de debater o futuro do município de Esposende, com os esposendenses, ou com quem cá venha ajudar-nos a pensar o nosso território.

Quanto ao piso das piscinas da Doca de pesca, nem a propósito, nós também detetamos essa situação; aliás, temos a questão do piso junto à Doca de recreio, portanto, junto ao pé no rio, que vamos melhorar toda essa zona, dentro em breve, vão ser colocadas umas placas que permitem a estabilização daquela zona. Nós estamos a falar de obras muito caras, substituir tudo, implica substituir toda a estrutura que está muito danificada e estamos a falar de centenas de milhares de euros, para substituir tudo. Encontramos uma solução de recurso para ali, e nesta zona que falou, junto à Doca de pesca, vamos retirar, como fizemos em



Apúlia, todas as zonas de passadiço, exceto a do passadiço que anda de forma aérea sobre o rio, tudo o resto vai ser retirado e vai ser colocado pavimento auto drenante, igual ao que está na ecovia de Apúlia. E isso, está para ser feito muito em breve mesmo, e vai ser tudo removido, porque aquilo não tem solução e não vamos andar a gastar dinheiro para daqui a dois ou três anos, termos o mesmo problema.

De resto, as comparticipações dos clubes, importa dizer que desde a assinatura dos contratos, o município responsabiliza-se por pagar, desde logo, tudo o que tenha a ver com as inscrições dos atletas junto das associações, das federações, os seguros, inclusive na parte médica, portanto, não é dinheiro visível que entra no clube, mas nós substituímo-nos ao clube, que é exatamente o que está escrito, a pagar às entidades, às quais o clube teria de pagar. Isso é importante para o arranque das épocas dos clubes, que não têm que puxar desse dinheiro, para cumprir essas obrigações nomeadamente nas inscrições dos atletas.

Queixas das Juntas de Freguesia, eu tenho uma relação de muita proximidade com as Juntas de Freguesia, eu sei que eles se queixam, eles queixam-se a mim, da mesma forma que eu me queixo ao Governo, porque andamos todos numa procura e numa busca incessante por fazer o melhor para as nossas populações. Não há nenhum tipo de diferendo ou de problema, eles sabem que estamos a trabalhar, a conseguir verbas, para podermos avançar com o Plano de Investimento nas Freguesias que termina no final deste mandato, é 2025 e pretendemos cumprir com todos eles, com aquilo que são as nossas promessas e obrigações.
Obrigado!"

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período de Intervenção do Público.

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

03.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – ANO DE 2022, DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de junho de 2023, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório e Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2022. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve

explicação do documento.-----

Colocado o assunto a votação:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR O RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2022.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Relativamente a este ponto vou reler aquilo que já declarei na última assembleia sobre a prestação das contas do município, que agora é ampliado pela situação da Esposende Ambiente e pela Esposende 2000, cujos resultados não são os brilharetes que o Senhor Presidente anuncia, e para lhe dizer que, uma Câmara que apenas executou cerca de 50% dos investimentos que ela própria se tinha proposto executar em 2022.

Uma Câmara de todos os anos faz transitar para os anos seguintes, milhões de euros que tinha destinados a obras que não teve capacidade para executar.

Uma Câmara que tem como Presidente há 14 anos no topo do executivo, 10 anos de Presidente, mais 4 como Vice-Presidente e desde que está em funções não construiu uma única casa para as famílias com necessidades habitacionais no concelho.

Tem freguesias inteiras sem saneamento.

Tem elevado número de vias municipais em mau estado.

Que se limita a obras de fachada para encher os olhos a quem por aqui passa e aqueles que se contentam com as aparências. Contudo, aqueles que aqui residem, que não têm casa digna, que não têm saneamento, que não têm transportes capazes, que não têm vias arranjadas, que não têm iluminação, em suma, que não têm assegurados pela autarquia, os direitos básicos, aqueles investimentos que deviam ser a prioridade do investimento público, não podem estar satisfeitos com a Câmara e a maioria que a governa.

Por último, umas palavras para o relatório da senhora ROC, que repeteipsis verbis o que já tinha dito no anterior relatório.

O relatório aponta graves falhas às contas municipais, identificando a ausência de inventário e a questão do dinheiro do programa Polis, com graves irregularidades, escreveu a senhora ROC, Revisora Oficial de Contas e passo a citar:

"1 - O ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens imóveis, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos imóveis incluídos na rubrica de Ativo Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, com referência a 31 de dezembro de 2022, bem como quantificar o respetivo impacto no Património Líquido.



O Ativo da Entidade inclui o montante de 3.111.000 euros na participada Polis Litoral Norte, não contemplando os efeitos do Projeto de Partilha resultante da liquidação desta sociedade, não sendo possível quantificar o impacto no Património Líquido do Município de Esposende. Gostava ainda de referir, que para além das questões técnicas, que são contas, há uma parte final que é, uma narrativa de autoelogio e autopromoção do Senhor Presidente da Câmara, que faz uma narrativa fantasiosa e de carácter que não tem qualquer sustentação, com a realidade do nosso concelho.

Antes fosse verdade aquilo que a Câmara diz que Esposende é.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“A minha declaração de voto fundamenta-se no facto de ter havido baixa percentagem de investimento durante o ano 2022, e na dívida relacionada com três milhões de euros relativamente à sociedade Polis.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos a favor este documento porquanto:

A análise às contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, referentes ao ano de 2022, acontece em contexto excecional, reflexo da guerra e da inflação, que teve impacto na economia, revisões de preços, aumento dos combustíveis e energia, aumento dos salários, aumento dos preços dos materiais de construção, refletindo-se também nas atividades municipais, no que toca, à realização de eventos, sendo estes alguns exemplos.

Não obstante estes aspetos, o Grupo Público Municipal apresenta uma situação financeira estabilizada e saudável, demonstrativa do rigor e da responsabilidade na gestão e aplicação dos dinheiros públicos na prossecução daqueles que são os objetivos prosseguidos pelo Grupo Público Municipal.

Não obstante a diminuição do Resultado Líquido do Exercício em 2022, comparativamente a 2021, este documento apresenta um aumento do ativo do Grupo Público Municipal em 4.182.333,10 euros.

Da análise ao documento podemos, também, verificar com agrado, a diminuição da dívida a fornecedores e à banca, demonstrativa do rigor imposto pelo Sr. Presidente da Câmara e do seu executivo, bem como dos Conselhos de Administração das Empresas Municipais na gestão dos dinheiros públicos, assim como a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do Município.”-----

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CESSAÇÃO DO PROCESSO DE EMPRÉSTIMO DELIBERADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 22.09.2022, PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DO PARQUE DA CIDADE DE ESPOSENDE, ATÉ €3.800.000,00 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE, E ESPOSENDE, CRL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 18 de maio de 2023, foi presente na sessão para aprovação, proposta no sentido de esta, autorizar a cessação do processo de empréstimo deliberado em Reunião de Câmara de 22.09.2022 e em Assembleia Municipal de 15.12.2022, para realização da obra do Parque da Cidade de Esposende. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Pediu a palavra o Deputado Francisco Melo do CDS-PP, tendo questionado o Senhor Presidente da Câmara, nos seguintes termos:

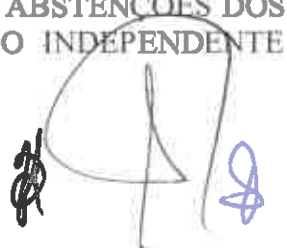
"A minha pergunta é precisamente pela justificação que o Senhor Presidente da Câmara deu, relativamente ao facto de não ter sido possível em tempo oportuno, ter todas as peças processuais concluídas. Isto porque estamos a falar aqui, desta obra que nunca mais tem início, de algo que já vem desde os tempos, enfim, de 2013. Podia concretizar Senhor Presidente, que peças foram essas, como é que é possível, que uma obra já há tantos anos perspectivada, como é que é possível as peças não estarem prontas para o lançamento da empreitada, não consigo perceber, se me puder explicar, obrigado!-----"

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

"A questão é que, como saberá, esta empreitada está dividida em duas, uma que está neste momento em concurso público, e outra que nós pretendemos lançar logo que tenhamos cabimentação orçamental, que resulta precisamente deste empréstimo. E a verdade é que, na separação desses processos, houve peças de arquitetura, etc, que precisavam ser afinadas, porque uma coisa era ter a empreitada no seu todo, outra coisa é separá-la em dois, na nossa lógica, era numa lógica de financiamento, ou seja, nós achamos que, esta primeira empreitada pode vir a ser financiada no âmbito daquilo que seja o mecanismo de obras de urbanização, idêntico ao PARU, existente no 2020, ou 2030, terá um mecanismo similar e separamos esta parte. Mas claro que ao separar, o projeto tinha sido feito pelo mesmo projetista, e tudo isto leva a certos de áreas, de cálculo, etc, que acabou por nos reduzir esse espaço, são questões de dias, mas dias, que colocavam em causa depois, se o Tribunal de Contas iria ou não, entender esse fator. Para não correr riscos, já sabemos que o Tribunal de Contas é muitíssimo rigoroso, acabamos por não perder mesmo nada, ganhamos até, vai ver a seguir que a taxa que nos ofereceram na segunda consulta ainda é mais benéfica do que na primeira, mas não podíamos correr o risco de estar com este trabalho todo, e depois ao remeter para o Tribunal de Contas, vir um chumbo do Tribunal de Contas por uma questão de dias, não podemos correr esse risco, podia não vir, mas jogamos pelo seguro. Portanto, é disso que se trata apenas."-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE



MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CESSAÇÃO DO PROCESSO DE EMPRÉSTIMO DELIBERADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 22.09.2022 E EM ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15.12.2022, PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DO PARQUE DA CIDADE DE ESPOSENDE, ATÉ €3.800.000,00 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE, E ESPOSENDE, CRL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Abstemo-nos, porque como já declaramos quando este assunto foi à Assembleia, somos contra a contratação deste empréstimo, conforme declaração de voto que já fizemos, no entanto, a anulação deste concurso e deste contrato, e os motivos que levaram à anulação, só vêm demonstrar a incompetência e as trapalhadas que são timbre da atuação desta Câmara.

O que o Senhor Presidente acabou aqui de dizer relativamente ao pedido de esclarecimento feito pelo senhor deputado Francisco Melo, é inacreditável, porque por acaso imagine-se que era um daqueles casos, em que havia prazos para cumprir, sob pena de se perderem os financiamentos. Portanto, isso demonstra, lançar um concurso, sem ter tudo pronto e depois vir anular o concurso para vir com nova proposta, demonstra a confissão da incompetência e de incapacidade desta Câmara.”-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DO PARQUE DA CIDADE DE ESPOSENDE, ATÉ €3.800.000,00 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE, E ESPOSENDE, CRL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de junho de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, a contratação do empréstimo até €3.800.000,00 junto da Instituição Caixa de Crédito Agrícola Mútua Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende, CRL, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e na alínea f) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 5 VOTOS CONTRA



DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA, E ASSIM, APROVAR A CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ATÉ €3.800.000,00 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE, E ESPOSENDE, CRL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra pelas declarações de voto já mencionadas na declaração sobre o mesmo assunto e que, relembro, é a seguinte: Votamos contra porque somos totalmente contra a contratação deste empréstimo. Na verdade, num concelho com tantas necessidades a nível de habitação, saneamento básico, vias de comunicação, sem uma rede de transportes públicos, sem tantas e entre tantas carências e pedir quase quatro milhões de euros, para fazer um Parque, por muito interessante que possa ser a ideia do Parque, parece-nos uma inversão de prioridades.

Este executivo PSD tem uma política de agir para as aparências, é como aquelas pessoas que têm uma sala de estar com todo o conforto, luxo e esplendor para receber visitas e passar horas de lazer, mas depois têm o resto da casa vazia, por acabar e ao abandono.

Se o Parque fosse financiado por Fundos Europeus ou Governamentais, e pouco ou nada custasse ao Município, muito bem, mas ir pedir emprestado os quase quatro milhões de euros para fazer um Parque num concelho com tantas carências e tanto atraso como o nosso, é um erro de gestão.

O Senhor Presidente ainda agora acabou de dizer na sua intervenção que, pode ser que ainda consiga algum dinheiro, pode ser que venha algum financiamento então fazia-se o Parque quando a Câmara tivesse fundos próprios, ou quando houvesse Fundos Governamentais, ou Fundos Europeus, ou outros Fundos, que financiassem a sua construção pelo menos, na sua grandiosíssima maioria.

Não é o caso!

Diríamos estar no limite da gestão danosa, num concelho em que grande parte do território nem saneamento tem, havendo freguesias totalmente desprovidas de saneamento, mas para esta maioria do PSD, que vive das aparências, o que é bom é que as pessoas passem no Parque, e nem olhem para as fossas, a pouca distância do dito Parque, nem para as cisternas que despejam as fossas, que desfilam pelo nosso concelho, mesmo que para essa feira de vaidades, vá pedir milhões emprestados ao banco, para as gerações futuras esposendenses pagarem. Porque dinheiro emprestado não é dinheiro dado, é para pagar e os bancos não perdoam. E a Câmara de Esposende está a cometer um grave erro em pedir quase quatro milhões de euros, para fazer um Parque, quando não construiu uma única casa, desde que este Presidente da Câmara está no Município como Presidente. Uma única!

Um concelho que tem tantos problemas de habitação, como Esposende tem, com freguesias inteiras sem saneamento e, portanto, o PS só pode estar contra esta política aventureira e imprudente de gerir o Concelho de Esposende, que vai deixar para as gerações futuras, contas e empréstimos para pagar.”-----



Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos a favor esta proposta porquanto:

Consideramos o projeto do Parque da Cidade fundamental para o desenvolvimento sustentado do nosso Município.

Há males que vêm por bem pois, com a Contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, o Município de Esposende acabou por conseguir melhores condições para o financiamento do valor em causa, ou seja, a taxa de spread deste empréstimo (0.469) é inferior aquela apresentada no processo cessante (0.589). Acabou por ganhar a mesma entidade, Caixa de Crédito Agrícola."

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM AS ÁREAS DE 570,39 M² E 166,61 M², SITAS NO SÍTIO DAS CASAS, SÍTIO E/OU LUGAR DA CAVALEIRA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA (EXTINTA FREGUESIA DE GANDRA), PARA AFETAR AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de junho de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para Desafetação de duas parcelas de terreno do Domínio Público Municipal, com as áreas de 570,39 m² e 166,61 m², sitas na Sítio das Casas, Sítio e/ou Lugar da Cavaleira, na União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra (Extinta freguesia de Gandra), para integrar o domínio privado do Município de Esposende, com vista a posterior permuta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM AS ÁREAS DE 570,39 M² E 166,61 M², SITAS NO SÍTIO DAS CASAS, SÍTIO E/OU LUGAR DA CAVALEIRA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA (EXTINTA FREGUESIA DE GANDRA), PARA AFETAR AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, COM VISTA A POSTERIOR PERMUTA.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:



"Há 30 anos quando foi aprovado o PDM do concelho de Esposende, foram definidas uma quantidade de áreas, a serem desenvolvidos Planos de Urbanização, a saber e os mais relevantes: a zona nascente de Esposende, Apúlia, Zona Industrial de Fão, Zona Industrial de Vila Chã, Zona Industrial de Esposende, estou a dizer alguns, para além de outros planos. Que eu saiba, tirando o da Zona Industrial de Esposende, que foi uma parte desenvolvida, 30 anos depois mais nada foi feito. Aliás, Esposende e Apúlia ficaram com a maior capacidade construtiva, e Apúlia porquê? Esposende por uma razão óbvia, era a cidade sede do concelho, era uma forma de expansão, e Apúlia porque tinha tão graves problemas do ponto de vista urbanístico, que era necessário para resolver esses problemas, haver uma negociação dos privados. Mas para isso tinha que se fazer um Plano primeiro. Depois, com base no Plano, negociava-se as contrapartidas entre os privados, para que ninguém ficasse prejudicado, porque uns iriam ficar com vias, outros iriam ficar com capacidade construtiva, depois teria que haver compensações de maneira que fosse equilibrado, justo e equitativo.

Nada disso foi feito!

E o que é feito hoje aqui, é uma proposta de uma desafetação do domínio público para o domínio privado da Câmara, para facilitar estudos que o Senhor Presidente da Câmara diz que desenvolveu e que a Assembleia Municipal nunca os viu, na zona das instalações do IPCA, quando aquela zona devia ter um Plano de Urbanização, que dissesse claramente aos proprietários e a quem quisesse, o que é que podia construir, quando, como e de que maneira, e com arruamento, para que ninguém fosse prejudicado e Esposende crescesse de uma forma harmoniosa. Não é o crescimento de construção a construção, casuístico, que no gabinete do Senhor Presidente da Câmara, ou do Senhor Vereador se vai resolvendo caso a caso. E portanto, o PS vota contra esta proposta, porque entendemos que esta proposta só tinha sentido, depois de ter sido efetuado um Plano de Urbanização para aquela zona, aprovado pelas instâncias competentes, nomeadamente por esta Assembleia Municipal, e depois de ser claro, que devia ser necessário, então aí, nós aprovaríamos todas as desafetações, porque nós queremos sempre, sempre, o melhor para o município."-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO NO PRÉDIO REGISTADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 899/2007/1212 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 6080 (ANTERIOR ARTIGO 895), PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de junho de 2023, foi presente na sessão para deliberação, a proposta da Câmara Municipal para Reconhecimento da Isenção de IMI e IMT, ao prédio em causa. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DE RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DE IMI E IMT, AO PRÉDIO REGISTADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 899/2007/1212 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 6080 (ANTERIOR ARTIGO 895), PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

MAIS DELIBEROU, NOTIFICAR O SERVIÇO DAS FINANÇAS DAS RESPECTIVAS DELIBERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO.-----

03.06 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL E DAS CONDIÇÕES DE ACESSO A APOIO ECONÓMICO DE CARÁTER EVENTUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de junho de 2023, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento para o Atendimento e Acompanhamento Social e das Condições de Acesso a Apoio Económico de Carácter Eventual, nos termos da alínea g) do nº 1, do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL E DAS CONDIÇÕES DE ACESSO A APOIO ECONÓMICO DE CARÁTER EVENTUAL, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 1 DO ARTIGO 14º DO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de maio de 2023, foi presente na sessão para aprovação, a 1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Esposende, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da

presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 1ª REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Voto a favor muito embora alguns dados no que diz respeito aos números da migração no concelho não estejam atualizados."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos a favor esta proposta porquanto:

Consideramos que as componentes que estiveram na base da sua estruturação foram adequadas e promoveram uma análise cuidada do assunto;

Cumpru os parâmetros técnicos definidos na legislação aplicável em vigor à data da sua elaboração;

Obedeceu aos procedimentos necessários tendentes à sua aprovação, nomeadamente, apresentação das propostas da 1ª Revisão da Carta Educativa aos Senhores Presidentes de Junta; emissão de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e emissão de parecer favorável do Ministério da Educação."-----

03.08 - PARA CONHECIMENTO:

03.08.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

03.08.02 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

03.08.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2023.-----

- PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE SECA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE.-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Apoios concedidos às Juntas de Freguesia no último semestre, desde a última sessão de dezembro de 2022, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia, Relatório de Execução Orçamental – 1º trimestre de 2023 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM e o Plano de Prevenção e Contingência para Situações de Seca do Município de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 50 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

